



REQUERIMENTO Nº , DE 2019
(Da Senhora Deputada Carmen Zanotto)

Requer que seja realizado Seminário com o tema: “GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: PARA ALÉM DE DIREITOS, UMA QUESTÃO DE DESENVOLVIMENTO”, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a V. Ex.^a, ouvido o Plenário dos Colegiados, a realização do Seminário com o tema: **“GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: PARA ALÉM DE DIREITOS, UMA QUESTÃO DE DESENVOLVIMENTO”**, em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família, com o objetivo de sensibilizar parlamentares e gestores públicos a respeito da gravidez na adolescência, a partir de dados internacionais e brasileiros e com uma perspectiva de direitos humanos e desenvolvimento, fazendo também um resgate do marco da ICPD (Conferência de Cairo) e seu aniversário de 25 anos, e sublinhando o impacto econômico que medidas de prevenção da gravidez precoce podem ter além do debate sobre percepções e perspectivas que jovens possuem nesse contexto, além de servir como plataforma para comunicar ao setor público o comprometimento do setor privado (organizações membros da Aliança pela Saúde e pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil) com a agenda de direitos e saúde sexual e reprodutiva e fazer a leitura do Compromisso Nairobi, documento assinado pelos membros da Aliança que descreve o papel que este grupo terá em perseguir as recomendações da Agenda de Cairo, **conforme programação em anexo.**

Para discutir o tema com a Comissão, recomendamos convite às seguintes pessoas:

- Representante do UNFPA, senhora Junia Quiroga;
- Coordenadora de Práticas Empresariais do Instituto Ethos, senhora Sheila Carvalho;
- Representante do DAPES- Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde;



CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Representante da Aliança pela Saúde e pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil, senhora Kelly Aguilar;
- Senhora Anna Cunha, especialista em saúde sexual e reprodutiva, oficial de Programas do UNFPA;
- Senhora Erika Filippelli, representando a Secretaria da Mulher do Distrito Federal;
- Senhora Enid Rocha, Diretora Adjunta da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do IPEA;
- Senhora Laila Moraes da Silva e;
- Senhor Dimitri Moufarrege, Sócio-gerente da Semina.

JUSTIFICAÇÃO

Apesar de muitos avanços no país nas últimas décadas, ainda são necessários esforços significativos para tornar universal o acesso a direitos, informações, serviços, insumos e condições sociais para assegurar plenamente os direitos sexuais e reprodutivos das adolescentes brasileiras.

Dados do Ministério da Saúde indicam que cerca de 18% dos nascimentos no Brasil são de mães com 19 anos ou menos. A maioria das adolescentes que engravidam relatam que a gestação não foi intencional – cerca de duas de cada três adolescentes que engravidam –, o que indica uma dificuldade de acesso a métodos e informações de planejamento reprodutivo, emprego inadequado do método ou mesmo dificuldade de negociação em uma relação sexual, como pode ocorrer na negociação sobre o uso de preservativo, entre outros fatores. O acesso ao planejamento reprodutivo voluntário e a serviços de qualidade em saúde sexual e reprodutiva permite às mulheres e adolescentes tomar decisões sobre sua trajetória reprodutiva, segundo seus desejos e expectativas, além de possibilitar que possam conciliá-la com outras dimensões de sua vida, como estudo e trabalho.

Para além dos impactos na vida das adolescentes e suas famílias, a gravidez não intencional na adolescência tende a representar um agravante também do ponto de vista econômico e na superação de desigualdades. O relatório Situação da População Mundial do UNFPA de 2013 trouxe dados de que, em termos econômicos, o Brasil elevaria sua



CÂMARA DOS DEPUTADOS

produtividade em mais de US\$ 3,5 bilhões, equivalentes a mais de R\$ 7 bilhões, se as jovens adiassem a gravidez para depois dos 20 anos. As e os jovens com melhor nível educacional, melhor saúde e habilitados a exercer seus direitos e cidadania tendem a ser mais autônomos e produtivos, o que tem um impacto positivo nas economias dos países.

Diante da incontestável relevância da iniciativa, esperamos o apoio dos ilustres Pares deste Colegiado para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2019.

Deputada Carmen Zanotto
CIDADANIA/SC



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SEMINÁRIO “GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA: PARA ALÉM DE DIREITOS, UMA QUESTÃO DE DESENVOLVIMENTO”

		Nome	Cargo/Descrição/ Organização	Contato para convite
1) Mesa de abertura (10h)	Requerente	Deputada Carmen Zanotto	Deputada Federal	--
	UNFPA	Junia Quiroga	Representante Auxiliar do UNFPA	E-mail: quiroga@unfpa.org Telefone: 61 99961-1024
	Setor Privado	Sheila Carvalho	Coordenadora de Práticas Empresariais do Instituto Ethos	E-mail: scarvalho@ethos.org.br Telefone: 1197645-3163
	Setor Público	Representante do DAPES- Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde;		
2) Leitura do compromisso (10h30)	Representante da Aliança pela Saúde e pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos no Brasil	Kelly Aguilar	Especialista Senior para Relações Governamentais na MSD/Merck	E-mail: kelly_aguilar2@merck.com Telefone: 11 98173-5597
3) Mesa de debate (10h45)	Especialista em Saúde Sexual e Reprodutiva e mediadora	Anna Cunha	Oficial de Programas no UNFPA	E-mail: cunha@unfpa.org Telefone: 61 99181-6000
	Setor Público	Ericka Filippelli	Secretaria da Mulher do DF	E-mail: erickasiq@gmail.com Telefone: 61 3212-3604
	Desenvolvimento/ Economia	Enid Rocha	Diretora Adjunta da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do IPEA	E-mail: enid.rocha@ipea.gov.br
	Jovem/ adolescente	Laila Moaris da Silva		E-mail: Telefone: (61) 3459-1993 61- 986444830
	Setor Privado	Dimitri Moufarrege	Sócio-gerente da Semina	E-mail: dimi@semina.com.br Telefone: 11 98700-5555